

* 7 MAI 1992

6 • OPINIÃO

O GLOBO

Economia Brasil

O GLO

Passagem estreita

NÃO SE conhece política econômica, em regimes democráticos, que possa existir independente de um arco político que lhe assegure as condições mínimas de racionalidade, coerência e consistência.

BATE-SE agora na tecla da exaustão do atual programa econômico, a propósito sobretudo dos índices ainda elevados de inflação. O governador do Ceará, Ciro Gomes, pôs na mesa essa argúição, registrando que as contas públicas continuam desequilibradas, com o país gastando mais do que arrecada e sem conseguir reverter a situação através de uma reforma fiscal.

O GOVERNADOR teve o cuidado de acrescentar, entretanto, que a responsabilidade por tal estado de coisas cabe menos à estratégia do ministro Marcílio Marques Moreira do que à falta de cobertura política para a sua realização efetiva.

A RECLAMAÇÃO é pertinente. O fato é que a hora atual é, também, a da exaustão dos truques e das fórmulas mágicas de estabilização econômica. Choques heterodoxos, congelamento de pre-

ços e salários, medidas de emergência, tudo isso perdeu por completo a credibilidade.

DAQUI por diante, a luz que aparecer no fim do túnel tem necessariamente que traduzir-se na viabilidade da reforma estrutural da economia, em soluções cirúrgicas que alcancem o déficit público, a barafunda tributária e fiscal e, por tabela, o processo inflacionário nas suas raízes profundas.

NENHUM ministro da Economia, por mais qualificado e ajustado às metas governamentais, chegará a tais resultados operando somente com os seus próprios motores. Ele depende de uma conjunção de forças inspiradas na consciência da crise brasileira, e convencidas da inelutabilidade dos remédios rigorosos e amargos para o tratamento da doença na sua fase insidiosa.

FALAR nesses termos é falar, antes de tudo, numa postura mais cooperativa da classe política e do Congresso. Se engavetadas ou posterigadas as emendas constitucionais pedidas pelo Governo, como falar em recursos efetivos e duradouros contra a crise?

COMO opina, por sua vez, o ex-ministro Mailson da Nóbrega, também os empresários deveriam entender o alcance da atual política do Governo. Cabe-lhes compreender que o Executivo enfrenta uma série de limitações para cortar despesas.

LEMBRA o ex-ministro que, no ano passado, 80% das receitas líquidas da União estavam comprometidas com as transferências aos estados e municípios. Outro significativo percentual encontra-se vinculado a gastos e investimentos impostos pela Constituição.

O GOVERNO se mobiliza politicamente para montar uma base parlamentar confiável. O ministro da Economia age dentro de um espaço que já lhe permite alguma folga; mas ainda continua de pé o "muro de Berlim" representado pelos tradicionais (e culturais) obstáculos à modernização da economia e do Estado.

O JULGAMENTO definitivo da atual política econômica não pode ser feito — e, pior ainda, improvisado — com o desconhecimento deste cenário de dimensões estreitas.